

AÇÕES DE EXTENSÃO EM SAÚDE E EDUCAÇÃO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DOCENTES DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

ACADEMIC EXTENSION IN HEALTH AND EDUCATION FIELDS: CHALLENGES AND PERSPECTIVES OF
UNIVERSITY PROFESSORS IN COVID-19 PANDEMIC

Klinger Teodoro Ciríaco¹

Flávio Adriano Borges²

Luana Costa Almeida³

Natália Sevilha Stofel⁴

Alexandre Rodrigo Nishiwaki Silva⁵

RESUMO: A pandemia da COVID-19 trouxe a adoção de medidas sanitárias preconizadas à contenção da infecção pelo novo coronavírus. Diante de tal contexto, a partir do olhar de professores e professoras do nível superior e formadores/as das áreas de Educação e da Saúde, deparamo-nos com um grande desafio: o desenvolvimento de práticas de ensino, pesquisa e extensão de forma remota. Assim, o presente artigo tem como objetivo descrever as experiências decorrentes de ações extensionistas nas áreas em que temos atuado ativamente na Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, a partir da retomada do semestre letivo com a implementação do ensino remoto. Pautados nos pressupostos de uma abordagem qualitativa, relatando experiências ligadas à “Formação de Professores que Ensinam Matemática” e “Educação em Saúde: Falando sobre LGBTQI+ com estudantes de graduação e profissionais da Estratégia Saúde da Família”. Vislumbra-se apontar estratégias, sobretudo de comunicação, utilizadas na dinâmica formativa instituída e continuidade das ações nas atividades de extensão. Esperamos contribuir na discussão sobre práticas pedagógicas, instrumentos e ferramentas comunicacionais adotadas por professores/as universitários/as diante do distanciamento social e da continuidade de ações relevantes para a aprendizagem acadêmica, sobretudo, àquelas que se destinam ao debate teórico-metodológico do fazer docente nos ambientes virtuais de aprendizagem.

Palavras-chave: Extensão Universitária; Ensino Superior; Aprendizado On-line; Infecções por Coronavírus.

ABSTRACT: The COVID-19 pandemic led to the adoption of sanitary strategies to contain the infection by the new coronavirus. Faced with such a context, the university professors had a great challenge: remotely developing teaching, research and academic extension. This article aims to describe the experiences of group of university professors from the Federal University of São Carlos (Brazil), resulting from remote academic extension in the fields of Education and Health. We are guided by a qualitative approach, reporting two experiences “Education of Math Teachers” and “Health Education: talking about LGBTQI+ people with college students and Primary Health Care workers”. The intention is to point out the

1 Doutor em Educação pela FCT/UNESP, Presidente Prudente (SP). Professor Adjunto do Departamento de Teorias e Práticas Pedagógicas (DTPP) do Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

2 Doutor em Ciências. Professor Adjunto do Departamento de Enfermagem (DEnf) do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

3 Universidade Federal de São Carlos – UFSCar.

4 Docente na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

5 Docente na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

communication strategies used in the formative dynamics and in the continuity of university extension activities. We hope to improve the discussion about pedagogic practices and communication tools adopted by university professors to face social distance and the necessity of relevant actions to learning, especially those theoretical and methodological debates of how to do teaching in virtual classrooms.

Keywords: Academic Extension; Higher Education; Distance Education; Coronavirus Infections.

INTRODUÇÃO

Intencionamos, com o compartilhamento das experiências que culminaram na materialização deste artigo, descrever os encaminhamentos e resultados de práticas e processos formativos no campo da saúde e da educação, empreendidos via calendário acadêmico “Ensino Não Presencial Emergencial” (ENPE) na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) por professores/as formadores/as dos cursos de Enfermagem e da licenciatura em Pedagogia. Para este fim, recorreremos à problematização das ações extensionistas desenvolvidas na perspectiva de contribuir com o debate sobre os desafios que a pandemia do novo coronavírus (COVID-19) anunciou para o meio educacional, particularmente ao Ensino Superior.

Desse modo, o foco central da discussão reside na apresentação de duas ações, seus desafios e potencialidades: uma “Atividade de Extensão” e uma “Atividade Curricular de Integração Ensino, Pesquisa e Extensão” (ACIEPE) intituladas “Educação em Saúde: Falando sobre LGBTQI+ com estudantes de graduação e profissionais da Estratégia Saúde da Família” e “Práticas Promotoras de Atitudes Positivas em Relação à Matemática Mediadas pelo Trabalho Colaborativo na Formação de Professores/as”, respectivamente.

O artigo, para atender o que se pretende, encontra-se estruturado em quatro seções para além desta introdução, que buscam: 1) situar o contexto da pandemia, implicações ao Ensino Superior em São Paulo e demarcar os referenciais teóricos das extensões objeto de apreciação no relato; 2) descrever a natureza da abordagem metodológica; 3) relatar a dinâmica das ofertas; e 4) levantar indicadores de ações futuras face às considerações finais.

É por compreendermos ser preciso amplo debate e reflexão sobre a forma de oferta do ensino remoto nas Universidades que julgamos pertinente iniciar a discussão, sem objetivar trazer respostas e/ou estancar o assunto. O que pretendemos é dialogar sobre as possibilidades diante do atual cenário político e histórico-social, o qual insiste em colocar as instituições de Ensino Superior, principalmente as públicas, como inimigas da sociedade, sob pena de não enxergar os esforços coletivos e a dívida histórica que temos para promoção do acesso e permanência neste espaço elitizado e que, com a pandemia, desvelou ainda mais as desigualdades sociais. Por essa razão, é pertinente falar, problematizar e apresentar os percursos e os desafios comunicacionais entre os/as agentes educacionais que buscam contribuir com a inclusão e ensino de qualidade, particularmente, no que diz respeito à extensão universitária.

O contexto da pandemia, as implicações ao Ensino Superior no Estado de São Paulo e a extensão universitária em foco

Segundo dados divulgados pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), que atua como escritório regional da Organização Mundial da Saúde (OMS) para as Américas, em janeiro de 2021, momento de conclusão da escrita do presente artigo, o mundo já contabilizava 85.929.428 casos confirmados de COVID-19⁶ e 1.876.100 mortes mundialmente. Na região das Américas, chegou-se a 37.538.493 de casos confirmados e 889.076 mortes. No Brasil, de acordo com o Boletim Epidemiológico Coronavírus - número 42 (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020), no final de dezembro de 2020 já contávamos com 7.213.155 casos confirmados e 186.356 mortes pela doença.⁷

Retrospectivamente, a OMS declarou, em 30 de janeiro de 2020, que o surto da doença causada pelo novo coronavírus se constituía como uma emergência de saúde pública de importância internacional, o mais alto nível de alerta da organização conforme previsto no regulamento sanitário internacional e, em 11 de março de 2020, passou a caracterizar o surto da COVID-19 como uma pandemia.

Frente aos acontecimentos e entrada do vírus no Brasil, o dia 13 de março de 2020 foi marcado pelo primeiro anúncio de suspensão de atividades educacionais em território nacional. Feito pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), foi seguido, dias depois, por tantas outras instituições de Ensino Superior e redes de ensino da Educação Básica. O mesmo aconteceu com o comércio e outros espaços públicos em diversos estados e municípios. A UFSCar se somou a este movimento, e em portaria publicada no dia 15 de março de 2020 (GR Nº 4371) instituiu a suspensão das atividades presenciais não essenciais em seus campi até a data de 29/03/2020, medida posteriormente prorrogada por tempo indeterminado.

Segundo dados divulgados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 16 de março de 2020 cerca de 100 países já anunciavam a suspensão das atividades presenciais nos estabelecimentos de ensino como meio para que o contágio pela COVID-19 fosse desacelerado. Em documentos disponibilizados em sua página na rede mundial de computadores (UNESCO, 2020a; 2020b), uma das alternativas vislumbradas seria a provisão da Educação a Distância (EaD) e a partir de uma lista de aplicativos, plataformas e recursos educacionais gratuitos ofereceu possibilidades para apoio à implementação dessa modalidade pelos governos.

No Brasil, dada a declaração de pandemia e a inevitável realidade de suspensão das atividades presenciais nas escolas, a esfera administrativa educacional deu como resposta, exatamente, a alternativa da provisão de ensino remoto⁸. O Ministério da Educação (MEC) constituiu um comitê relacionado ao campo educacional na crise (BRASIL, 2020a), com atribuição de atuar na regulamentação das atividades durante o período de pandemia. Orientou a substituição das aulas presenciais por

6 Segundo informações disponíveis na página web do OPAS, a COVID-19 é uma doença infecciosa causada pelo novo coronavírus, identificado pela primeira vez em dezembro de 2019, em Wuhan, na China.

7 Importante salientar que pela falta de testagem, e pouco empenho político para contabilização de casos e óbitos, o país conta com uma subnotificação que sugere um número ainda mais alarmante.

8 Analisando o inapropriado uso da expressão EAD para as iniciativas propostas, o termo utilizado passou a ser ensino remoto. Como explicitam HODGES et al. (2020) a discussão sobre a terminologia adequada às atividades remotas propostas em meio à crise é uma temática em discussão, sendo que a comunidade acadêmica adota o termo “ensino remoto de emergência” como uma possibilidade para estabelecer o contraste entre o que é possível em momentos de crise com o que se conhece como EAD na literatura da área.

atividades em meios digitais, assim como a flexibilização dos dias letivos com manutenção da carga horária mínima legalmente estipulada (BRASIL, 2020b; 2020c).

Ações que em meio ao crescimento exponencial do número de infectados e óbitos, foram referendadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) em suas orientações. Em reunião virtual, no dia 28 de abril, foi indicada a oferta de atividades não presenciais como diretriz para a reorganização do calendário escolar de 2020, parecer CNE/CP nº 5/2020, homologado em 01 de junho de 2020 (BRASIL, 2020d), de forma que a orientação era de que todas as escolas e universidades realizassem ensino remoto, mantendo a suspensão das atividades presenciais.

Assim como outros entes federados, o estado de São Paulo se antecipou e já no início de abril anunciou a disponibilização de um aplicativo para que os estudantes da rede estadual pudessem assistir às aulas a distância. Algumas universidades como a Unicamp e a Universidade de São Paulo (USP), já substituíram o ensino presencial pelo remoto emergencial e, no caso da UFSCar, localidade em que as experiências aqui relatadas se desenvolveram, a ação foi construída com cautela, buscando um planejamento mais cuidadoso antes da execução de suas ações.

Em abril, a UFSCar optou pela criação de um período letivo suplementar, com atividades remotas (Resolução CoG 320), que não impactavam de maneira incisiva na integralização curricular da trajetória formativa dos estudantes e, após amplo período de discussão e experimentação da modalidade no período suplementar, assim como oferta de atividades formativas aos docentes, em julho, implementou o Ensino Não Presencial Emergencial (ENPE), o qual possibilita a continuidade da integralização dos cursos, mas não penaliza os/as estudantes que não puderem participar das atividades ofertadas (Resolução CoG 329 e 330).

A despeito de ser a única opção plausível em contexto de suspensão de atividades presenciais como meio de diminuição do contágio, a implementação das atividades remotas se mostra complexa, já que, ao mesmo tempo em que permite a manutenção do contato social e das atividades formativas pelos estudantes mediadas por tecnologias, também traz de maneira inevitável o aumento das desigualdades educacionais em decorrência da desigual distribuição de acesso e condições objetivas para vivência das propostas educativas. É em meio a este dilema que propomos analisar duas experiências de extensão de docentes da UFSCar durante a implementação do calendário de ENPE.

Na busca da análise das estratégias, sobretudo, de comunicação utilizadas nas dinâmicas formativas instituídas, toma-se como objeto de reflexão as experiências ligadas às atividades “Formação de Professores que Ensinam Matemática” e “Educação em Saúde: Falando sobre LGBTQI+ com estudantes de graduação e profissionais da Estratégia Saúde da Família” das áreas de educação e saúde.

Nos relatos que apresentamos neste texto, nos orientamos, assim como definem as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira (Conselho Nacional de Educação, 2018), por relações dialógicas entre a Universidade e a comunidade, ou seja, trata-se de vencer o enunciado da supremacia acadêmica e substituí-lo pela construção coletiva de conhecimentos em torno dos objetivos destas propostas: (a) criar em conjunto com professores/as e estudantes um aparato teórico e prático sobre o ensino de Matemática; e (b) construir, com estudantes de diferentes cursos, materiais de orientação para as/os profissionais da área da saúde sobre o atendimento à população LGBTQI+.

Segundo a portaria nº 664/99 da UFSCar, a atividade de extensão universitária tem o objetivo de tornar acessível à sociedade o conhecimento de domínio da Universidade, seja por sua própria produção, seja pela sistematização do conhecimento universal disponível. Para além das atividades comuns a todas as universidades, a UFSCar também adota as Atividades Curriculares de Integração Ensino, Pesquisa e Extensão (ACIEPE) como outro desenho que contempla a extensão em seu bojo. Estas consistem em uma experiência educativa, cultural e científica que visa articular o ensino, a pesquisa e a extensão, viabilizando e estimulando a integração do tripé universitário junto aos segmentos da sociedade.

Dessa forma, os projetos aqui discutidos apresentam respostas às demandas atuais de formação de professores/as e profissionais da saúde e da educação, a partir da contribuição de diferentes perspectivas para, em diálogo, elaborar práticas inovadoras. Assim, compreendemos a Extensão Universitária como espaço promissor, um lugar de experiências capazes de potencializar a formação profissional inicial e permanente.

Procedendo com a apresentação das atividades que compõem esta produção, tem-se que a atividade de extensão transcorrida no campo da saúde fundamentou-se nas políticas públicas de saúde, sobretudo, na Atenção Primária à Saúde (APS), na Política Nacional de Saúde Integral da População LGBT (PNSIP LGBT) e no Sistema Único de Saúde (SUS).

A APS consiste na porta de entrada preferencial ao serviço público de saúde. Ela corresponde a um conjunto de ações de saúde pautadas nos âmbitos individuais, familiares e coletivos, envolvendo a promoção, prevenção, diagnóstico, tratamento, reabilitação, redução de danos, cuidados paliativos e vigilâncias em saúde (BRASIL, 2017).

No Brasil, o modelo técnico assistencial de expansão, consolidação e qualificação da APS consiste na Estratégia Saúde da Família (ESF). Cada equipe da ESF deve ser formada por: 1 médico/a preferencialmente especialista em medicina de família e comunidade; 1 enfermeiro/a preferencialmente especialista em saúde da família; 2 auxiliares e/ou técnicos/as de enfermagem; agentes comunitários de saúde (ACS). Além destes, também podem fazer parte dessa equipe: 1 cirurgião/ã-dentista preferencialmente especialista em saúde da família; 1 auxiliar ou técnico/a em saúde bucal; e agentes de combate às endemias (ACE) (BRASIL, 2017).

Por se tratar da “porta de entrada preferencial” ao serviço público de saúde e, normalmente, no equipamento de saúde mais próximo da realidade da população, espera-se que a ESF consiga, por meio de seus profissionais, prestar cuidado às pessoas de maneira ampliada e integral, ou seja, levando em consideração tanto as necessidades de saúde identificadas pelos profissionais quanto às referidas pelas pessoas daquele território adscrito.

Na busca por uma assistência à saúde que atenda aos princípios do SUS dentre eles o da integralidade e equidade, faz-se necessário acolher e compreender o ser humano inserido em um contexto político-social-econômico-cultural e a partir de suas necessidades. Uma dimensão pouco abordada e considerada nessa amplitude de cuidado singular e no planejamento terapêutico com os/as usuários/as do SUS consiste na orientação sexual, sobretudo, pelo histórico moralmente conservador de políticas públicas direcionadas à sexualidade (BORTOLOZZI, 2019), além da

própria construção social heteronormativa, judaico-cristã e reprodutiva enraizada em nosso país.

Assim, é perceptível a invisibilidade e vulnerabilidade nos diferentes aspectos de vida das populações Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, Interssexuais e demais identidades de gênero e orientações sexuais (LGBTQI+) que, frequentemente, vivenciam barreiras no acesso às oportunidades de emprego, discriminação no ambiente familiar, no trabalho, na educação e, em especial, na saúde (FERREIRA et al., 2019). Após inúmeros movimentos de luta dos movimentos LGBTQI+, em 2011, instituiu-se a PNSIP LGBT (Portaria nº 2.836), que possui como uma de suas propostas o desenvolvimento de ações intersetoriais de educação permanente e continuada em direitos humanos no SUS, incluindo os/as trabalhadores/as de saúde, integrantes dos Conselhos de Saúde e as lideranças sociais, além de diversas outras pautas, que vislumbram a garantia do direito de acesso e cuidado em saúde dessa população (BRASIL, 2011).

São diversas as produções que vêm abordando a (in)visibilidade da atenção à saúde da população LGBTQI+ (FERREIRA et al., 2019; MANDARINO et al., 2019; SANTOS et al., 2019; GOMES et al., 2018; SILVA et al., 2019), além de revisões de literatura científica que destacam a orientação sexual não heterossexual como fator determinante nas dificuldades de acesso à atenção à saúde (ALBUQUERQUE et al., 2016) e o fato de que indivíduos LGBTQI+ possuem maiores riscos de problemas de saúde com, por exemplo, a diminuição da qualidade do sono apenas pelo fato de não serem heterossexuais, apontando para a relação da má qualidade do sono com o desencadeamento de sofrimentos mentais e doenças físicas crônicas (SAHIN, ASLAN, HEMIROGLU, 2019).

Dessa forma, tornou-se evidente a relevância de trabalharmos essa problemática com estudantes de graduação, sobretudo, os da área da saúde e profissionais do SUS, sobretudo, os/as da APS, indo ao encontro da PNSIP LGBTQI+, buscando exercer os princípios do SUS e formar futuros/as profissionais da saúde capazes de romper com essa lógica de cuidado excludente e heteronormativa.

Já o referencial teórico da extensão que transcorreu no campo educacional envolve discussões da Psicologia da Educação Matemática (PEM). A justificativa para constituir espaço de reflexão e formação (inicial e continuada) de professores/as respalda na observância da forma como a Matemática é abordada em cursos de Pedagogia que, segundo Curi (2004), centra-se nos processos metodológicos de ensino e pouco enfatiza aspectos conceituais das unidades de ensino que o/a pedagogo/a terá de abordar com as crianças. Além disso, a própria experiência profissional como formadores/as coloca-nos em posição de concordância com autores/as da literatura especializada na temática (CIRÍACO; PIROLA, 2018), quando estes/as advogam que existe a necessidade de promover atitudes mais positivas do/a futuro/a professor/a em relação ao trabalho com a Matemática.

Pesquisas (CARRAHER; CARRAHER; SCHLIEMANN, 1982) e o próprio trabalho efetivo com o ensino de Matemática na escola vêm demonstrando, há mais de três décadas, a necessidade de aprofundar olhares críticos, esforços práticos e estudos investigativos sobre como as crianças aprendem, uma vez que focar apenas nos processos de ensino de nada adiantará se não compreendermos os processos mentais pelos quais o/a aprendiz passa no início de sua escolarização. Neste contexto, a “Atividade Curricular de Integração Ensino, Pesquisa e Extensão” teve como mote

o aprofundamento em estudos teóricos da PEM para encaminhamentos metodológicos de possibilidades de desenvolvimento de atitudes favoráveis à Matemática na Educação Básica à medida em que se pretendeu, com base no trabalho colaborativo entre os/as cursistas (professores/as, futuros/as professores/as e demais integrantes), elaborar situações didáticas e tarefas matemáticas de cunho exploratório que contribuíssem para este fim.

Atualmente, a Psicologia da Educação Matemática é referência como campo de estudo teórico e prático e passou a ser reconhecida mundialmente como uma área de conhecimento pertinente ao ensino e aprendizagem, determinando os processos psicológicos, cognitivos e afetivo-sociais, desenvolvidos especificamente na aprendizagem matemática. “Sabe-se que o campo da Psicologia e a Educação Matemática se entrelaçam para estudar o ensino e a aprendizagem da Matemática, além também dos fatores cognitivos, afetivos e motores” (SOUZA, 2015, p. 4).

Conforme Souza (2015), desde o início do século XX, pesquisadores/as e professores/as das áreas da Educação e de Educação Matemática dialogam e criam possibilidades para a melhoria do ensino e aprendizagem dessa área, porém, as críticas relativas à consolidação de uma nova linha de investigação foram se constituindo em desafios à formação dos/as profissionais.

Em decorrência da inter-relação entre Educação Matemática e Psicologia, novas metodologias de ensino passaram a incorporar o cenário da sala de aula, especialmente, as que se preocupam em compreender como as crianças aprendem e quais relações que estes criam com os conceitos matemáticos à medida que avançam no conhecimento escolar.

Neste contexto, pensar o ensino da disciplina para além da explicação oral do/a professor/a e o uso habitual do quadro negro são contribuições que os estudos da Psicologia da Educação Matemática vêm trazendo aos/as professores/as, ao reconhecerem a necessidade de se discutir não apenas a proficiência nesta área mas, sobretudo, o papel das crenças, emoções e das relações afetivas que o sujeito aprendiz cria com um determinado objeto, neste caso a Matemática.

O resultado da intensificação e dos investimentos de pesquisas neste campo do saber refletem bases da teoria construtivista da aprendizagem, bem como da incorporação das tendências de ensino dos conteúdos matemáticos com os/as estudantes, desde a mais tenra idade. Assim, o/a professor/a pode iniciar com a “História da Matemática” para a promoção da busca de sentidos às propriedades dos conceitos, em atividades de resolução de problemas, estimulando seus/suas estudantes à curiosidade matemática por meio de investigação e exploração no uso das tecnologias, no trabalho com jogos, brincadeiras infantis e/ou materiais concretos.

Dentro da PEM, encontram-se objetos de trabalho para favorecer o processo de ensino do professor e da aprendizagem das crianças, isso desde a Educação Infantil, por exemplo, trabalhar com o lúdico, porém com objetivos e finalidades para o desenvolvimento das capacidades significativas como: a memorização, a imaginação, a noção de espaço, a percepção, devendo da parte do/a professor/a explorar a criatividade para a eficácia da educação. O ensino de Matemática deve ser proposto desde a Educação Infantil, onde oferece diversas experiências para que a criança tenha uma relação com os materiais concretos e a manipulação de objetos, possibilitando desenvolver a observação, reflexão, interpretação, levantamento de hipóteses e a demonstração de suas ideias e sentimentos.

A PEM tem se consolidado como uma área de conhecimento interdisciplinar, elaborada por psicólogos/as, pedagogos/as e matemáticos/as, que busca investigar o método de resolução de problemas e as questões afetivas envolvidas na execução das atividades matemáticas. Deste modo, pesquisas são realizadas com enfoque nos fatores como a ansiedade, fobias, crenças de autoeficácia e atitudes perante a Matemática, que comprometem o desenvolvimento e habilidades dos sujeitos, sejam eles/as professores/as ou estudantes (DOBARRO, 2007). As contribuições dos trabalhos anteriores levantam possibilidades, em suas conclusões, de que tipos de ações professores/as podem se valer para promoção de atitudes positivas, o que foi de grande relevância para esta ACIEPE.

Em síntese, diante do exposto nesta seção, buscamos problematizar o processo de reorganização dos calendários letivos das instituições paulistas, demarcando o ponto de partida e os principais referenciais teóricos para a promoção de ações extensionistas que buscaram, no contexto da pandemia, refletir sobre formas de organização de unidades formativas com os cursistas dos dois grupos: Saúde e Educação. Nos próximos itens do artigo adentrarmos à descrição e análise do processo.

METODOLOGIA

Trata-se de um artigo com abordagem qualitativa realizado por professores e professoras universitários/as da UFSCar. Os estudos qualitativos são os que se aplicam no estudo da história, das relações, das representações, crenças, percepções e reflexões. Pautam-se em histórias sociais sob a ótica de autores/as, na análise de discurso e de documentos, dentre outras estratégias (MINAYO, 2014). Dessa forma, propomos fazer uma análise do percurso trilhado junto a estudantes de graduação e profissionais da saúde e da educação nas atividades de extensão desenvolvidas.

O trabalho se fundamentou no registro da percepção dos/as formadores/as (professores/as dos cursos de Enfermagem e Pedagogia da UFSCar) sobre a vivência com a oferta das atividades de extensão de forma remota, tendo como objetivo analisar os desafios e perspectivas durante esse percurso.

Por se tratar de um artigo que envolve o relato da experiência em ações pontuais de estudantes e profissionais da saúde e educação, apontamos que o trabalho não exige registro no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Isso porque cumpre o disposto no Art. 1 da Resolução 510, de 7 de Abril de 2016, a qual destaca, no parágrafo único, oito casos em que a submissão e avaliação da proposta não se faz necessário. Dentre estas, aquelas que objetivam um aprofundamento teórico, que emergem espontânea e contingencialmente na prática profissional, não revelando os dados que possam identificar os sujeitos (BRASIL, 2016).

Conforme destacado, a natureza do processo é de cunho educacional, reportando-se às temáticas da Saúde e da Educação Matemática.

A metodologia central utilizada nas duas ações de extensão envolveu atividades de cunho coletivo, discussão de textos para ampliação do conhecimento teórico-metodológico dos/as partícipes, bem como sessões síncronas pelo *Google Meet* para compartilhamento de ideias, saberes e fazeres. Em todos os momentos, os/as professores/as acompanharam os/as estudantes, deram *feedbacks* das tarefas assíncronas e cumpriram as orientações presentes nas Resoluções do Conselho de Ensino de Graduação da Universidade, mesmo diante das limitações decorrentes,

seja pela falta de conexão dos/as estudantes, seja pela cultura de interação ainda embrionária, com a adoção de plataformas digitais em processo de teste.

Em relação à proposta de extensão “Educação em Saúde: Falando sobre LGB-TQI+ com estudantes de graduação e profissionais da Estratégia Saúde da Família”, esta contou com o direcionamento de uma bolsa de extensão. Dessa forma, houve 13 estudantes de diferentes cursos (para além dos da saúde) inscritos para o processo de seleção do/a bolsista: 1 Bacharelado em Tradução e Interpretação, 2 Enfermagem, 2 Gerontologia, 1 Letra, 1 Licenciatura Plena em Pedagogia, 3 Medicina, 2 Psicologia, 1 Terapia Ocupacional. Contudo, após a divulgação do resultado, apenas 3 optaram por permanecer na atividade, 2 estudantes de Enfermagem e 1 estudante de Medicina (que foi contemplado com a bolsa).

Na atividade “Práticas Promotoras de Atitudes Positivas em Relação à Matemática Mediadas pelo Trabalho Colaborativo na Formação de Professores», o público-alvo foi formado por acadêmicos/as dos cursos de Bacharelado em Estatística e dos de licenciatura em Matemática e Pedagogia da UFSCar, totalizando 17 estudantes; seis professores/as da Educação Básica de São Carlos/SP e região (pedagogos/as e professores/as de Matemática); e quatro estudantes de Programas de Pós-Graduação (mestrado e doutorado) da área de Educação e da Educação Matemática de instituições públicas da região Centro-Oeste e Sudeste. Com isso, contamos com um total de 27 cursistas, os/as quais integralizaram a carga horária de 60 horas/aulas e foram certificados/as.

A dinâmica dos encontros de ambas atividades se pautou nos pressupostos dialógicos do trabalho colaborativo (HARGREAVES, 1998): promoção de cultura de colaboração; não hierarquização; respeito e apoio mútuo entre os/as integrantes; e compartilhamento de saberes na perspectiva de romper com o isolamento profissional dos/as cursistas.

Durante os encontros síncronos pelo Google *Meet*, os/as integrantes tiveram oportunidades de discutir/debater:

- a) atividade do campo da saúde - a temática referente à diversidade, cidadania, sexualidade e saúde da população LGBTQI+; e
- b) atividade do campo da educação - o referencial teórico que serviu de suporte/base à constituição de propostas que possibilitaram com base em análise de dois casos de ensino (DOMINGUES; SARMENTO; MIZUKAMI, 2012) descreverem formas de tratamento didático das situações em correlação com perspectivas conceituais e metodológicas que incentivem a formação de atitudes positivas nos/as estudantes.

As atividades assíncronas da extensão do campo da saúde consistiram em um aprofundamento teórico sobre os assuntos discutidos sincronamente, visando atribuir maior embasamento ao trabalho prático a ser desenvolvido no campo. Já as tarefas da atividade do campo da educação foram socializadas e validadas no contexto do grupo e, com o término da ACIEPE, os/as acadêmicos/as e professores/as da Educação Básica elaboraram uma escrita narrativa produzida na qual relataram os sentidos da ação e as contribuições à formação e prática profissional.

RELATO DAS EXPERIÊNCIAS

O objetivo da atividade de extensão do campo da saúde consistiu em trabalhar a temática LGBTQI+ com estudantes de graduação e profissionais de uma equipe da ESF da cidade de São Carlos. Contudo, com a chegada da pandemia e do isolamento social, não pudemos desenvolver atividades em campo, junto à equipe da ESF prevista. Dessa forma, precisamos adaptar nossa ação de forma a contemplar as duas frentes de ação: formação de estudantes e de profissionais.

Convidamos os/as estudantes para uma conversa sobre a temática LGBTQI+, para além dos/as três que já compunham a atividade de extensão. Assim, procedemos de maneira parecida à técnica bola de neve (*snowball*), utilizada no desenvolvimento de pesquisas, ou seja, um/a estudante era contactado e este convidava outro até obtermos um quantitativo de 15 pessoas, aproximadamente, para conversarmos sobre a temática. Estes advinham de vários cursos e não somente dos cursos da área da saúde, a saber: medicina, enfermagem, psicologia, letras e terapia ocupacional.

Tal procedimento deu abertura para retomarmos um programa de extensão que havia sido criado em 2016 e que estava inoperante, a Liga de Estudos sobre Diversidade e suas Implicações na Saúde (LEDIS), atual, Liga Acadêmica de Diversidade em Saúde (LADieS). Este consiste em um programa de extensão que visa atuar no tripé universitário, ou seja, ensino, pesquisa e extensão. Foi institucionalizado em outubro de 2020 a partir da confluência de discussões e incursões ocorridas ao mesmo tempo, sobretudo, por meio de duas atividades de extensão: a que protagoniza este relato de experiência e a InformaSUS, que foi criada em março de 2020, já em meio à pandemia, com o objetivo de produzir informações confiáveis e de qualidade à toda comunidade.

É necessário apontar que a população LGBTQI+ e as temáticas referentes à diversidade e cidadania têm sobressaído nos últimos tempos, sobretudo, pelo fato da pandemia da COVID-19 tornar mais evidente as desigualdades sociais e o impacto dos determinantes sociais nos indicadores de saúde das populações mais vulnerabilizadas (LOPES JÚNIOR et al., 2020).

Sabe-se que o preconceito com relação à população LGBTQI+ gera dificuldades de acesso ao mercado de trabalho formal e, diante da pandemia, houve uma alta incidência de desemprego e redução de salários. Em pesquisa realizada nos Estados Unidos, 20% das pessoas LGBTQI+ relataram que suas finanças pessoais estão piores em comparação com 11% da população em geral (HRC, 2020). Somado a isso, existem os desafios de acesso ao cuidado em saúde que, antes da pandemia, as pessoas LGBTQI+ relataram cuidados inadequados e estigmatizantes (MARTOS et al., 2018) e falta de conhecimento do/a profissional sobre as necessidades de saúde dessa população (GRIFFIN et al., 2018).

Diante desse cenário, iniciamos um processo dividido em três frentes de trabalho: produção de conhecimento de qualidade e acessível à toda população; estruturação e institucionalização do programa de extensão LADieS, que iniciará suas atividades formativas ao longo do ano de 2021; e a elaboração de folders informativos tratando sobre orientação sexual, diversidade de gênero, dados epidemiológicos sobre o acesso aos serviços de saúde e as necessidades de saúde da população LGBTQI+.

Estes últimos, em consonância com as matérias criadas e publicadas pelo grupo temático diversidade e cidadania da InformaSUS, corresponderam às parcelas

direcionadas à formação dos/as profissionais de saúde. No início, havia a pretensão de acompanharmos uma equipe da ESF. Contudo, diante da necessidade de uma reformulação da atividade de extensão, atendendo à normativa de distanciamento social, elaboramos uma proposta informativa capaz de ser disponibilizada para todas as equipes da ESF do município de São Carlos, podendo também ampliar para outros municípios do país e, inclusive, para os/as usuários/as destes serviços.

Em se tratando da contabilização da presença e com relação à avaliação dos/as estudantes, estas ocorreram em consonância com a participação do/a mesmo/a nos momentos síncronos e por meio do cumprimento dos pactos e entrega de produtos estabelecidos coletivamente. Compreende-se que este processo possibilitou despertar uma dimensão coletiva de corresponsabilização no cumprimento das tarefas, visto que todas as ações foram realizadas em grupo de trabalho e não individualmente.

Assim, compreendemos que o impacto das atividades desenvolvidas alcançou uma confluência e amplitude inesperada *a priori*. Contudo, mantemos a crítica do processo de trabalho desenvolvido, que se assemelha à armadilha da transferência de conhecimento, por não contarmos com a participação dos/as profissionais de saúde na elaboração destas atividades (FRAGA, 2017). Estes/as foram convidados/as e até iniciaram um processo de participação de algumas discussões acerca das temáticas em questão, contudo, não puderam acompanhar o trabalho até o final, devido às demandas requeridas pelo trabalho no enfrentamento da COVID-19.

O objetivo geral da ação de Matemática era, quando do momento da submissão na Pró-Reitoria de Extensão (ProEx- Edital ACIEPE 2020-1 - Primeiro semestre de 2020), constituir prática de estudo coletivo em que os/as integrantes compartilhem saberes e práticas profissionais e pré-profissionais que possibilitem atitudes positivas frente à Matemática e seu ensino. Para tanto, os objetivos específicos foram assim pensados:

- a) Promover diálogos acerca da Psicologia da Educação Matemática no que tange o trabalho docente e a formação de atitudes em relação à Matemática na Educação Básica na perspectiva do trabalho colaborativo;
- b) Ampliar o repertório didático-pedagógicos no que se refere ao fazer docente na Educação Básica;
- c) Possibilitar experiência de planejamento, validação, desenvolvimento e reflexão de tarefas matemáticas com estudantes da escola pública.

Contudo, a partir da suspensão e tendo em vista o atual cenário de retomada das aulas de forma remota na Universidade, a atividade foi oferecida dentro do BLOCO “C” do ENPE/UFSCar (especificamente entre os meses de setembro a dezembro de 2020), perfazendo 16 semanas de interações com o público-alvo por meio de tecnologias digitais de informação e comunicação de modo síncrono e assíncrono.

Face à necessidade de readequação dos objetivos, com base nas Resoluções 329, 330, 331 e 332 do CoG/UFSCar, as quais instituem orientações acerca da forma de oferta, a ação precisou adequar-se, buscando:

1. Discutir como promover atitudes positivas em relação à Matemática das especificidades do ensino remoto nas escolas, o que ocorreu a partir do compartilhamento de práticas docentes do atual contexto ao socializarem as tarefas dos casos de ensino;

2. As atividades síncronas ocorreram mediante encontros *online*, nos quais contamos com a presença de cinco pesquisadores/as renomados/as da Educação Matemática de distintas instituições do Brasil. Nestes, os/as professores/as convidados/as proferiram falas temáticas que envolveram o trabalho das “Tendências em Educação Matemática”, a saber: Resolução de Problemas; Modelagem Matemática; Tecnologias; Atividade Orientadora de Ensino; e Etnomatemática.

Para termos registros do processo todos os encontros foram gravados com autorização dos/as partícipes e os links de acesso à reunião foram compartilhados nos e-mails dos/as cursistas sempre após sua finalização. Diante das fontes de produção de dados, quando refletidos e analisados, é possível fazer a afirmação de que estes representaram fundamentos de articulação entre teoria e prática e ainda que as discussões com os/as pesquisadores/as e formadores/as contribuiu para a ampliação do repertório didático-pedagógico dos/as inscitos/as na atividade;

3. Para chegar à concepção formativa expressa no item anterior, o cronograma foi construído e consolidado coletivamente junto ao grupo ainda no segundo encontro, fazendo jus ao trabalho colaborativo, em que todos/as têm voz e vez na negociação dos significados nos excedentes de visão (BAKHTIN, 1993);
4. As atividades assíncronas se valeram de tarefas de leituras e análise de casos de ensino, as quais foram retomadas quando do encontro síncrono e ressignificadas via interações. Os casos de ensino são “[...] narrativas de episódios extraídos geralmente de dados reais do cotidiano escolar e que dão visibilidade às vivências dos/as professores/as, os quais, ao analisá-los ou construí-los, articulam e revivem experiências [...]” (DOMINGUES; SARMENTO; MIZUKAMI, 2012, p. 1), e estabelecem reflexão ao relacionarem processos entre teoria e a prática. No que diz respeito ao que realizamos, os dois casos foram sobre “Modelagem Matemática”, uma tendência em Educação Matemática que, segundo Biembengut e Hein (2003, p. 16) “[...] consiste na arte de transformar problemas da realidade em problemas matemáticos e resolvê-los interpretando suas soluções na linguagem do mundo real”.

Logo, os casos que analisamos na ACIEPE foram “O Caso do Arroz” que buscou direcionar a inserção do conceito de média aritmética nos anos iniciais do Ensino Fundamental a partir de uma situação do aumento expressivo do preço do arroz, particularmente em 2020; e «Saindo da Monotonia» em que o plantio, consumo e características da cana de açúcar se apresentaram como temas emergentes de interesse dos/as estudantes na aula de um professor de Matemática. Frente aos casos, os/as cursistas foram convidados/as à opção por um e descrever como abordariam as situações nas aulas (caso fossem professores/as das turmas descritas nas propostas) a partir de modelos matemáticos reais, posteriormente, no encontro síncrono as repostas foram socializadas, comentadas e ressignificados pelo olhar coletivo;

5. Sobre a frequência na atividade, esta foi emitida via participação dos/as estudantes, sendo e como forma de complementação trabalhos extras poderiam ser recorridos pelos/as formadores/as, caso houvesse dificuldade no acompanhamento remoto síncrono do processo, o que não correu;
6. Ainda foram adotados materiais como: vídeos *online* do tipo fontes como *YouTube*, repositórios educacionais abertos e similares; artigos digitais no formato

- PDF, ePUB e similares de autoria dos pesquisadores/as convidados/as para as falas temáticas mencionadas no item 2;
7. O processo de avaliação computou participação em, no mínimo, 75% das atividades (síncronas e assíncronas) e levou em consideração as normas previstas no Regimento Geral de Graduação da UFSCar e da SeAd sobre Ensino Não Presencial Emergencial (ENPE). No Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (SIGA), tais orientações foram detalhadas quando do momento de cadastro do “Plano de Ensino” pelo professor proponente. Contou ainda com trabalho avaliativo final escrito (narrativa) relacionando o que estudamos nas semanas com o contexto atual de ensino remoto nas escolas; e
 8. Como a ACIEPE fora contemplada com um bolsista, este participou atividade das sessões virtuais e contribuir para o trabalho dos/as formadores/as no sentido de organizar a agenda do grupo, encaminhar e-mail com recados e ainda de auxiliar no desenvolvimento dos instrumentos de produção de dados para avaliação: questionário inicial de caracterização do grupo e a avaliação final que tratou-se de um texto (narrativa escrita) em que os/as integrantes foram convidados/as a redigir sobre as contribuições da atividade para suas formações (inicial e continuada), como ainda destacar em que medida a experiência possibilita ressignificar saberes na promoção de atitudes positivas frente a Matemática nas escolas.

O percurso empreendido em ambas as ações de extensão direcionou tanto os/as professores/as formadores/as quanto os/as estudantes-cursistas ao trabalho na perspectiva colaborativa, isso porque trabalhar juntos (de forma remota e a distância) levantou a necessidade de colaboração no sentido de objetividade das falas, elaboração de questões pontuais para problematização dos temas-chaves das discussões dos encontros síncronos, fomento a formas de comunicação diversas (e-mail, grupos de *WhatsApp*, plataformas digitais como *Moodle* e *Classroom*, vídeos, entre outros), e, ainda, cumprimento de prazos estabelecidos para os *feedbacks* das atividades assíncronas e trabalhos decorrentes do processo formativo ao longo do calendário ENPE/UFSCar.

Contudo, a oferta remota levantou indicadores do quanto precisamos nos aprofundar, na teoria e na prática, para operacionalizarmos processos de formação à distância via ensino remoto. Isso porque a cultura educacional tanto na Saúde quanto na Educação depende de “tecnologia humana” e nossos “objetos” de trabalho são os seres humanos, pessoas que têm sentimentos, desejos e objetivos de vida. Pensar processos de ensinar e aprender e aprender a ensinar nestes âmbitos envolve, na defesa que fazemos, a capacidade criadora dos homens e das mulheres que vivem em sociedade e se reconhecem como seres inconclusos. Portanto, é o reconhecimento da inconclusão, como destaca Paulo Freire (2013), que nos faz sujeitos educáveis e passíveis de termos na educação uma prática de liberdade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O QUE É POSSÍVEL CONCLUIR E QUAIS PISTAS PARA AÇÕES FUTURAS?

Ao longo do artigo propusemo-nos fomentar o debate sobre os desafios e perspectivas docentes durante a pandemia da COVID-19. Neste contexto, o ponto de partida para as reflexões expressas no trabalho é decorrente de duas experiências ligadas ao Departamento de Enfermagem e ao curso de licenciatura em Pedagogia da UFSCar. No escopo central destas, buscamos debater temas emergentes em

relação à Saúde e Educação que tiveram como objetivo contribuir à formação direta de profissionais.

Destacamos que a modalidade de ensino remoto, instituída em nossa Universidade com a retomada do semestre letivo em 31 de agosto de 2020, trouxe consigo inúmeros desafios:

- a) dificuldade de acesso à conexão com a internet, dado que denuncia e desvela ainda mais a desigualdade social e econômica do Brasil;
- b) carga excessiva de trabalho docente, uma vez que, acertadamente, como sujeitos participantes do processo ativamente, podemos afirmar que, em casa, trabalhamos muito além da dedicação exclusiva exigida nas 40 horas semanais;
- c) criação de formas possíveis de aproximação dos contextos da saúde e da educação, caminhando na proposta da extensão universitária, contudo, não sem prejuízos gerados pela própria ausência do contato inter relacional e humano;
- d) contar com a participação dos/as profissionais da saúde no processo de problematização e elaboração das ações da atividade de extensão, visto se encontrarem com outra prioridade neste momento: ocupando a linha de frente no combate à pandemia

Em termos de perspectivas, pela análise do movimento formativo, podemos concluir que a atividade de extensão vinculada à saúde possibilitou continuarmos em discussão acerca de uma temática extremamente relevante, sobretudo, no atual contexto de vulnerabilização e precarização da atenção à saúde da população LGBTQI+. Somado a isso, possibilitou o desenvolvimento de uma grupalidade, que ampliou as redes e os espaços de apoio e proteção dentro do contexto universitário, consistindo em algo de difícil tessitura, mas de amplo desejo das pessoas LGBTQI+.

Somado a isso, estar em casa trouxe, apesar dos desafios, possibilidades de participação de pessoas que moram em outros estados e regiões. Particularmente para ACIEPE de Matemática, essa realidade contribuiu para os excedentes de visão e enriqueceu o conhecimento e a ampliação do repertório de atuação do grupo, dados diversos itinerários das experiências profissionais do mesmo. O debate crítico-reflexivo das sessões de discussão, pela diversidade das trajetórias, auxiliou na compreensão de que as práticas promotoras de atitudes positivas em relação à Matemática relacionam-se, amplamente, com a formação inicial e continuada dos/as professores/as da Educação Básica, mas que esta não é fator determinante na organização do trabalho pedagógico, haja vista que as atitudes são mutáveis e, portanto, podem ser apreendidas pelos sujeitos. Logo, ter uma relação mais pacífica com a Matemática dependerá muito mais da vivência que se tem com determinados objetos e fatos matemáticos do que com a formação especificamente.

Dito isso, dada a dinâmica remota, o grupo sentiu a necessidade de experimentação, discussões em subgrupos e da manipulação de materiais recorrentes no ensino, o que seria, fundamentalmente, importante para o processo, mas que não fora possível dada a natureza da oferta. Conclui-se, neste caso, que houve dificuldade em compreender determinados conceitos e propriedades matemáticas discutidos por *Google Meet*, pela falta de visualização e experimentação de materiais pedagógicos, o que ocorreria em contextos presenciais.

Em suma, sabe-se dos desafios vivenciados com o desenvolvimento das atividades extensionistas no contexto de isolamento social e na perspectiva do trabalho

universitário remoto. Contudo, compreendemos que adaptações, reinvenções e experimentações fazem parte do processo formativo, tanto docente quanto dos/as estudantes universitários/as. Assim, acreditamos que objetivos foram alcançados, expectativas foram atendidas e formações foram realizadas, porém não sem perdas geradas, sobretudo, pela falta do contato e da interrelação humana.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, G. A.; et al. Access to health services by lesbian, gay, bisexual, and transgender persons: systematic literature review. *BMC Int Health Hum Rights*, v. 16, n. 2, p. 1-10, jan. 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1186/s12914-015-0072-9>>. Acesso em: 14 janeiro 2021.
- BAKHTIN, M. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. 3. ed. São Paulo: Unesp, 1993.
- BIEMBENGUT, M. S.; HEIN, N. *Modelagem Matemática no ensino*. São Paulo: Contexto, 2003.
- BORTOLOZZI, R. M. Mosaico de purpura: revisitando a história do movimento LGBT no Brasil. *Rev Eletron Comum Inf Inov Saúde*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, jul./set. 2019. Disponível em: <<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1021594>>. Acesso em: 14 janeiro 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 2.836, de 01 de dezembro de 2011. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1 dez. 2011.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 set. 2017.
- BRASIL. MEC. Portaria nº 329, de 11 de março de 2020. Institui o Comitê Operativo de Emergência do Ministério da Educação - COE/MEC. Diário Oficial da União, ed. 49, seção 1, Brasília/DF, 12 de março de 2020a.
- BRASIL. MEC. Portaria nº 343, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a substituição de aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. Diário Oficial da União, ed. 53, seção 1, Brasília/DF, 18 de março de 2020b.
- BRASIL. MEC. Súmula do Parecer CNE/CP n. 5/2020. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. Diário Oficial da União: ed. 83, seção 1, Brasília, DF, 4 maio 2020c.
- BRASIL. MEC. Homologa parcialmente o Parecer CNE/CP n. 5/2020, do Conselho Pleno, do Conselho Nacional de Educação – CNE. Diário Oficial da União: ed. 103, seção 1, Brasília, DF, 1 jun. 2020d.
- CARRAHER, T.; CARRAHER, D.; SCHLIEMANN, A.L. *Na vida dez, na escola zero*. São Paulo: Cortez, 1982.
- CIRÍACO, K.T.; PIROLA, N.A.. “A Matemática, ela assusta um pouco”: crença de autoeficácia e mudança de atitudes de estudantes de Pedagogia a partir da pesquisa na formação inicial. *Revista Eletrônica de Educação Matemática*, v. 13, n. 1, p. 147-162, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revemat/article/view/19811322.2018v13n1p147/37865>. Acesso em: 13, dez. 2020.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. BRASIL. *Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira*. Câmara de Educação Superior. Brasília: CNE, 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em 15 de janeiro de 2021.
- CURI, E. *Formação de professores polivalentes: uma análise de conhecimentos para ensinar Matemática e de crenças e atitudes que interferem na constituição desses conhecimentos*. 2004. 278f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC/SP. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/MATEMATICA/Tese_curi.pdf. Acesso em: 10, jan. 2020.
- DOBARRO, V. R. Solução de problemas e tipos de mente matemática: relações com as atitudes e crenças de auto-eficácia. 2007. 229f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas – FE/UNICAMP. 2007. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/319211>. Acesso em: 10 jan. 2020.
- DOMINGUES, I.M.C.S.; SARMENTO, T.; MIZUKAMI, M.G.N. Os casos de ensino na formação-investigação de professores dos anos iniciais. In: DORNELLES, L.V.; FERNANDES, N. *Centro de Investigação em Estudos da Criança (CIEC)*. Universidade do Minho. 2012. p.1-12. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/39985/1/Os%20casos%20de%20ensino%20na%20forma%20a7%20c3%a3o.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2021.

- FERREIRA, B. O. et al. “Não tem essas pessoas especiais na minha área”: saúde e invisibilidade das populações LGBT na perspectiva de agentes comunitários de saúde. *Rev Eletron Comum Inf Inov Saúde*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, jul./set. 2019. Disponível em: <<https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1733>>. Acesso em: 14 janeiro 2021.
- FRAGA, L. S. Transferência de conhecimento e suas armadilhas na extensão universitária brasileira. *Avaliação*, v. 22, n. 2, p. 403-419. 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/aval/v22n2/1982-5765-aval-22-02-00403.pdf>>. Acesso em: 15 janeiro 2021.
- FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. 67a. Edição São Paulo: Paz e Terra, 2013.
- GOMES, S. M.; et al. O SUS fora do armário: concepções de gestores municipais de saúde sobre a população LGBT. *Saúde Soc. São Paulo*, São Paulo, v. 27, n. 4, p. 1120-1133. 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902018180393>>. Acesso em: 14 janeiro 2021.
- GRIFFIN, M. et al. A qualitative investigation of healthcare engagement among young adult gay men in New York City: a P18 cohort substudy. *LGBT Health*. Vol. 8, n. 5, p. 5-6, 2018.
- HODGES, C. et al. The difference between emergency remote teaching and online learning. *Educause Review*, 27 mar. 2020. Disponível em: <https://er.educause.edu/articles/2020/3/the-difference-between-emergency-remote-teaching-and-online-learning>. Acesso em: 4 jun. 2020.
- HUMAN RIGHTS CAMPAIGN. *The Economic Impact of COVID-19 on the LGBTQ Community*. Washington, DC: Human Rights Campaign; 2020.
- LOPES JÚNIOR, A. et al. Ensino e cuidado em saúde LGBTI+: reflexões no contexto da pandemia da COVID-19. *Rev. Bras. Educ. Med*, v. 44, supl. 1, p. 1-7. 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbem/v44s1/1981-5271-rbem-44-s1-e152.pdf>>. Acesso em: 15 janeiro 2021.
- MANDARINO, A. C. S. et al. (In)visibilidades da saúde da população LGBT no programa de pesquisa para o SUS (PPSUS), Brasil. *Rev Eletron Comum Inf Inov Saúde*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, jul./set. 2019. Disponível em: <<https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1722>>. Acesso em: 14 janeiro 2021.
- MARTOS, A. J. et al. “Like finding a unicorn”: healthcare preferences among lesbian, gay, and bisexual people in the United States. *Soc Sci Med*, vol. 208, p. 126 – 133, 2018.
- MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. Hucitec: São Paulo, 2014.
- OECD. *A framework to guide an education response to the COVID-19 Pandemic of 2020*. 2020. Disponível em: https://www.hm.ee/sites/default/files/framework_guide_v1_002_harward.pdf. Acesso em: 04 de junho de 2020.
- SAHIN, N. E.; ASLAN, F.; EMIROGLU, O. N. Health status, health behaviours and healthcare access of lesbian, gay, bisexual and transgender populations in Turkey. *Scandinavian Journal of Caring Sciences*, doi: 10.1111/scs.12759, 2019. Disponível em: <<https://europepmc.org/abstract/med/31610038>>. Acesso em: 14 janeiro 2021.
- SANTOS, J. S.; SILVA, R. N.; FERREIRA, M. A. Saúde da população LGBTI+ na atenção primária à saúde e a inserção da enfermagem. *Esc. Anna Nery*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 4. 2019. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2019-0162>>. Acesso em: 14 janeiro 2021.
- SILVA, A. L. R.; FINKLER, M.; MORETTI-PIRES, R. O. Representações sociais de trabalhadores da atenção básica à saúde sobre pessoas LGBT. *Trab Educ Saúde*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2. 2019. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1981-7746-sol00197>>. Acesso em: 14 janeiro 2021.
- SOUZA, J.C. As tendências psicopedagógicas da Educação Matemática. *Rev. Conedu*. Paraíba, 2015. Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EVO45_MD1_SA6_ID8702_o8092015225827.pdf. Acesso em: 20, dez. 2020.
- UFSCAR. Portaria GR nº 4371, de 15 de março de 2020. 2020
- UFSCAR. RESOLUÇÃO COG Nº 320, abertura de calendário suplementar para oferta exclusiva de ACIEPES. 13 de abril de 2020.
- UFSCAR. RESOLUÇÃO COG Nº 329, abertura de novo período letivo a ser realizado integralmente por meios virtuais para oferta de atividades regulares dos cursos presenciais de graduação da UFSCar - COVID-19, 27 de julho de 2020.
- UFSCAR. RESOLUÇÃO COG Nº 329, aprovação da Proposta do GT Planejamento para a oferta de atividades curriculares não presenciais emergenciais de ensino para os cursos de graduação da UFSCar, 27 de julho de 2020.
- UNESCO. Distance learning strategies in response to COVID-19 school closures. UNESCO COVID-19 Education Response. *Education Sector issue notes*. Issue note n. 2.1. Paris: UNESCO, Apr. 2020a.
- UNESCO. *Adverse consequences of school closures*. COVID-19 Educational Disruption and Response. 2020b. Disponível em: <https://en.unesco.org/covid19/educationresponse>. Acesso em: 02 de maio de 2020.